A PECUÁRIA NOS CAMPOS GERAIS: ANÁLISE DA DELIMITAÇÃO ESTABELECIDA ENTRE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E BEM-ESTAR ANIMAL

Laureen Silva (PIBIC), Alessandra Izabel de Carvalho (Orientadora), ale.marumbi@gmail.com

Universidade Estadual de Ponta Grossa / Departamento de História

Ciências Humanas, História, História do Brasil, História Regional do Brasil.

Palavras-Chave: *História Ambiental; Agronegócio; Legislação; Animais não-humanos; Especismo.*

Resumo

A pesquisa desenvolvida buscou compreender a delimitação estabelecida entre desenvolvimento socioeconômico e entre bem-estar animal na pecuária dos Campos Gerais do Paraná. Para tal, analisou-se a estrutura da pecuária na região, perpassando pelo cenário mundial do agronegócio e pelos desafios enfrentados por produtores rurais, já que só dessa forma é possível compreender as questões que circundam o bem-estar de animais não-humanos destinados ao abate e/ou derivados. As legislações discutidas compreendem o período de 2014 a 2020, sendo posteriormente contrastadas ao modelo ideal de bem-estar animal desenvolvido pelo Índice de Proteção Animal.

Introdução

A atividade pecuária marcou profundamente a história regional e é, nos dias atuais, responsável pela elevação da economia paranaense através do agronegócio.

Mesmo estando o agronegócio sustentado pela ideia de "desenvolvimento", o lucro obtido fica concentrado nas grandes corporações que controlam esse mercado. Há relatos de prejuízos ao pequeno produtor rural (pela exigência de alto investimento e pelo trabalho informal, insalubre e de jornada exaustiva), de devastação ambiental (que atinge animais silvestres e populações marginalizadas) e de maus tratos a animais destinados ao abate e/ou derivados (em especial pela comercialização de animais vivos e não de carne) (MINEIRO et. al, 2016).

Tais corporações, além de controlar o agronegócio, controlam também o sistema alimentar mundial, a política (a exemplo da bancada ruralista brasileira), a preservação ou não da biodiversidade e também a legislação (CASTILHO et. al, 2018).

Material e Métodos

A pesquisa foi dividida em três etapas, que incluem a) levantar e analisar as leis de defesa dos animais; b) analisar as informações contidas no Índice de Proteção Animal; e c) compreender de que forma os elementos levantados se relacionam com o funcionamento socioeconômico do agronegócio nos Campos Gerais.

Quanto às leis de defesa dos animais, foram levados em conta trechos relevantes da Constituição Federal, a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98), a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/91) e o Código Estadual de Proteção aos Animais (Lei nº 14.037/2003).

Resultados e Discussão

Os parâmetros científicos de avaliação da condição do animal são definidos pelas "cinco liberdades", estando o animal livre de: 1) fome e sede (acesso à água fresca e a uma dieta que garanta saúde e vigor físico plenos); 2) dor, lesões e doenças (prevenção ou rápido diagnóstico e tratamento); 3) desconforto (ambiente apropriado, incluindo abrigo e área de descanso confortáveis); 4) medo e estresse (condições e tratamento que evitem o sofrimento mental); e com direito à 5) expressão do seu comportamento natural (espaço suficiente, instalações adequadas e companhia da própria espécie) (MINEIRO et. al, 2016).

No entanto, nota-se que a legislação brasileira não considera a especificidade de cada animal, permite o transporte de animais ainda vivos, e ainda não proibiu as piores formas de confinamento de animais, como gaiolas de parto e baias para porcos, ou gaiolas para galinhas poedeiras. Além disso, a produção máxima de leite é visada em detrimento da qualidade de vida do gado leiteiro (API, 2020).

Conclusões

Como fruto do trabalho, foi possível compreender que tratar sobre bem-estar animal envolve uma série de implicações que perpassam desde sua condição física, bem como a condição mental e comportamental.

No entanto, assim como os animais da pecuária são prejudicados pelas exigências de máxima produção ditada pelo agronegócio, o mesmo vale para os produtores rurais que tem seus direitos violados e, pelo padrão de produção, não lhe são garantidos estabilidade financeira ou segurança trabalhista.

Agradecimentos

Agradeço à UEPG pela oportunidade de desenvolver a pesquisa. Agradeço, também, à minha orientadora Alessandra por todo auxílio, e ao Núcleo de Pesquisa em Memória, Cultura e Natureza por me proporcionar um ambiente de conhecimento.

API - ANIMAL PROTECTION INDEX. Brazil. Disponível em: <https://api.worldanimalprotection.org/country/brazil>. Acesso em: 13 set. 2021.

CASTILHO, A. L., et. al.. Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2018.

MINEIRO, A. et, al. Cadeia industrial da carne: Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2016. 88 p.